

Apresentação

DOI: 10.5965/1984723821462020005

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723821462020005>

Eneida Oto Shiroma
Luciana Pedrosa Marcassa
Organizadoras do dossiê

O Dossiê **Crise do capital, Estado e a degradação do trabalho** decorre de uma iniciativa do LUTE – Grupo de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação, da FAED/UEDESC – que propôs e realizou, em junho de 2019, com a colaboração de outros grupos de pesquisa¹, a primeira edição do **Seminário Regional Estado, Economia Política e Educação**, cujo tema foi “O fundo público e o empresariamento da educação”. O Seminário, que contou com apoio do CNPq, provocou um fecundo debate em torno da relação entre Estado e educação na atualidade, discutindo as implicações da gestão privada, das contrarreformas e dos diferentes tipos de empresariamento da educação para a sociedade brasileira, tendo em vista o cenário de predomínio do capital financeiro. O desdobramento político e epistemológico dessa primeira edição do Seminário materializa-se no Dossiê que ora apresentamos. Para tanto, convidamos alguns dos palestrantes do referido Seminário, bem como outros pesquisadores de referência no campo da educação, que vêm se dedicando à temática em tela, para contribuírem com

¹ Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO/UFSC); Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC); Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC/UFSC); Grupo de Estudos Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física (OTPEF/UFPEL); Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPES/UNIOESTE).

estas discussões, visando à continuidade e ao aprofundamento das reflexões iniciadas naquela ocasião.

O presente Dossiê congrega artigos que, inseridos no debate a propósito da relação entre Estado, Economia Política e Educação, discutem questões candentes e atuais como a crise do capitalismo, reforma do Estado, precarização do trabalho, governança, sistema de manipulação, ideologia, estranhamento e racismo, tendo como referencial o materialismo histórico dialético. Acorados no método da crítica da economia política, os artigos contribuem para a compreensão das mediações desses fenômenos com a produção e reprodução da base material que sustenta nossa existência. São reflexões e análises que instigam a reflexão e o debate sobre as grandes questões que afligem a humanidade no tempo presente.

Enquanto finalizávamos a organização deste Dossiê, fomos tomadas pelo inusitado: a combinação de pandemia com uma colossal crise do capital. A disputa entre os países produtores de petróleo fez despencar o preço do barril nas bolsas de valores. Como consequência, tem-se a fuga de capitais e a subida do dólar afetando a balança comercial. Em tempos de finança mundializada, o sinal de alerta se acende anunciando uma crise sem precedentes. Tal situação é uma ameaça ao “bom” funcionamento e à manutenção da ordem social e produtiva, colocando a todos em estado de angústia, especialmente, trabalhadores informais, autônomos e os microempreendedores individuais que caíram no canto da sereia do empreendedorismo, evidenciando que este não é tão melodioso como ouviram entoar.

Essa conjuntura se agravou com a rápida disseminação de um novo Coronavírus em escala planetária. Desafiados a conter e curar os atingidos pela doença, a recomendação da OMS e das autoridades responsáveis foi o isolamento social. A centralidade do trabalho na produção da vida humana fica evidente em momento de quarentena e incertezas.

Os efeitos econômicos são esperados: falência de micro e pequenas empresas, desemprego, redução de salários; mas as consequências sobre a classe que vive do trabalho são devastadoras e menos calculáveis em países, como o Brasil, que atrofiaram

suas políticas sociais. Situações calamitosas como essas evidenciam que o neoliberalismo não apresenta saída para a humanidade e que a iniciativa privada é impotente diante da hecatombe mundial.

A falácia neoliberal que exige menor intervenção do Estado sobre a economia, perante a crise aguda que vivenciamos, é demonstrada diante do fato de o Estado ser chamado a agir rápido. Em alguns países, o capitalismo humanitário apresenta medidas paliativas de suspensão de cobranças de aluguéis, contas, e oferta de renda mínima à população vulnerável. Em outros, a opção neoliberal é assegurar o funcionamento da economia, salvar empresas e não pessoas. A preocupação com a queda das taxas de lucro explicita-se nos discursos irresponsáveis de que a economia não pode parar, mesmo que custe vidas. A doença se alastra pelo mundo acarretando consequências desastrosas, especialmente para trabalhadores informais, desempregados, os desassistidos aviltados pela sanha rentista que suga direitos sociais duramente conquistados pelos que produzem a riqueza social.

A propaganda humanitária e ideológica não permite ver claramente a disputa política e intercapitalista presente nesse processo. Porém, com a crescente desproteção, espoliação de direitos e transformação das políticas sociais em nicho de mercado para o setor privado, fica agigantada a distância entre os que vivem do trabalho e os que vivem de sua exploração, de juros, de transações financeiras. Assim, alguns cenários são esboçados: 1) sepultamento do neoliberalismo como opção política, de desenvolvimento e organização social, uma vez constatada sua inviabilidade em contextos como este de calamidade pública, em que o Estado é chamado e premido a operar de forma rápida e contundente; 2) adoção de reformas apressadas apresentadas como emergenciais para lidar com a situação inusitada que, no entanto, realizam o desiderato neoliberal de redução de jornada com redução de salários, de direitos, perda da estabilidade, imposição de férias na quarentena, corte de bolsas para pesquisa no momento em que as escolas e universidades estão desertas, imposição do negociado sobre legislado, quebra do sindicato, impedimento de mobilizações populares e organização dos trabalhadores diante desses ininterruptos ataques. Num primeiro momento, são atingidos os sem teto, desempregados, os trabalhadores informais e empobrecidos, os demitidos, as famílias

que não dispõem de proteção social e terão renda reduzida pela impossibilidade de trabalhar. O auxílio emergencial capaz de oferecer renda mínima às famílias desassistidas tarda a ser aprovado, analisado e a chegar, de fato, às mãos dos que precisam. Porém, contraditoriamente, como a produção capitalista é produção de mercadorias, especialmente produção de mais-valor, vemos comprometimento nas punções efetuadas pelo capital financeiro no capital funcionante, o que interpõe novas disputas entre frações burguesas. A expressão “a economia não pode parar” não se refere ao desabastecimento ou falta de alimentos como anunciado, mas à restrição da produção de mais-valia que alimenta o capital portador de juros, capital fictício e fundos de investimentos. Como lembra Roberts no primeiro artigo deste dossiê, o capital fictício é improdutivo, não cria valor nem mais-valor, é apenas lucro fictício deduzido do lucro real. A pressão do mercado sobre os trabalhadores impingindo-os ao trabalho, contraditoriamente, pode conduzir a um terceiro cenário, desvelando que o lucro é obtido pela exploração do trabalho, provocando reflexões, mobilizando processos de consciência, propiciando a emergência de novos movimentos e formas de organização das classes trabalhadoras no sentido da superação do sistema do capital (MÈSZÁROS, 2011).

Nessa conjuntura de incertezas, a produção de mercadorias e, conseqüentemente, de mais-valor, fica comprometida acelerando a tendência à queda da taxa de lucro. Medidas drásticas estão sendo tomadas por meio de Decretos ou Medidas Provisórias, com aparência de responder às necessidades emergenciais para enfrentar a pandemia, como a criação das Agências para Atenção Primária à Saúde (ADAPS), por meio do Decreto n. 10.283 de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020). Trata-se de uma organização de natureza privada, criada para assumir o ordenamento e funcionamento dos serviços de atenção primária à saúde no país. É a terceirização da saúde pública, a destinação dos recursos públicos da saúde para a gestão privada, e representa mais um ataque e caminho para o definhamento do SUS. Isto é, criam-se novos dispositivos jurídicos que favorecem o setor privado e não revogam a EC n. 95/2016 (BRASIL, 2016), aprovada no governo Temer, que impõe teto de gastos para saúde e educação.

Particularmente no campo da educação, temos visto, após o incentivo do Ministro da Educação, secretarias e escolas adotando a educação à distância, o *homeschooling*, a contratação do professor uberizado, as parceiras público-privadas, as terceirizações, privatizações e, mais recentemente, observamos com preocupação as coações para a implantação do ensino remoto na Educação Básica e no Ensino Superior como expressões de novas formas de subsunção real do trabalho ao capital. Diante da crescente concentração e centralização de capital, o futuro anunciado ao trabalho em geral, e também ao trabalho educativo é calamitoso: instabilidade, perda de direitos, precarização, uberização, viração (ABILIO, 2017). Fica evidente que se esgotaram as formas do capitalismo se refuncionalizar demonstrando, mais uma vez, ter exaurido sua capacidade civilizatória.

Os autores reunidos no presente Dossiê apresentam elementos para reflexão crítica sobre esses temas tão atuais.

No primeiro artigo, **Michael Roberts** fornece dados e fundamentos teóricos importantes para compreendermos **A crise do Capitalismo no século 21**². Aborda a tendência da queda da taxa de lucro ressaltando a rivalidade entre Estados Unidos e China. O autor discute as causas da crise econômica e retoma as cinco contra tendências apontadas por Marx: 1) aumento da intensidade da exploração do trabalho, 2) barateamento relativo do capital constante, 3) rebaixamento salarial, 4) alargamento da superpopulação relativa disponível para o trabalho simples e 5) barateamento do consumo e bens de capital por meio de importações, enquanto são desenvolvidas estratégias para ampliar a massa de trabalhadores disponíveis no mundo a serem explorados, bem como para gerar inovações tecnológicas que podem prover um novo ciclo de expansão do valor e do mais-valor.

Dada as enormes reservas de trabalho não exploradas, o capitalismo ainda pode empurrar essa situação adiante por mais algum tempo. O autor alerta, contudo, que o imperialismo tem dois calcanhares de Aquiles: a tendência à queda da taxa de lucro à

² Agradecemos o doutorando Allan Kenji Seki que estabeleceu contatos com o economista Michael Roberts, adaptou seu artigo às normas brasileiras, traduziu seu resumo e fez minucioso trabalho de conferência das referências para que esse texto pudesse ser integrado a este Dossiê.

medida que o capital se acumula e o crescimento do proletariado global – os coveiros do capitalismo.

Na tentativa de prolongar essa sobrevida, a burguesia procura apropriar-se do fundo público. O artigo de **Sara Granemann**, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social, analisa como isso acontece no artigo **Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista**. Fruto de um programa de pesquisas de longa data, a autora nos oferece instrumental analítico para a compreensão da acumulação capitalista na sua totalidade. Analisa como a reforma da previdência social, por meio de exóticas alterações, foi transformando um direito da classe trabalhadora em seu contrário, numa forma capital. Fundamentada no método da crítica da economia política, Granemann analisa detalhadamente os dispositivos jurídico-normativos da reforma para tentar atualizar modos de ser do Estado burguês. A autora desvela a essência da previdência privada que, organizada por capitalização, torna-se um grande nicho para a exploração e a acumulação capitalista.

Buscando construir consenso em torno dessas contrarreformas, a burguesia precisa repor continuamente sua hegemonia e o faz com ajuda do Estado. Os pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPES/UNIOESTE), **Isaura Monica Zanardini, João Zanardini e Roberto Deitos** discutem essas variantes no texto intitulado **Do Estado de Bem-Estar Social ao Neodesenvolvimentismo: considerações sobre o papel do Estado sob o capital**. Os autores analisam as mudanças pelas quais passa o liberalismo e sua constante necessidade de reafirmar as necessidades e interesses da sociedade capitalista por meio de uma agenda de reformas estatais estruturais ou pela remodelagem de ideologias, como por exemplo a materializada no neodesenvolvimentismo. No que tange às condições necessárias para reprodução e manutenção das relações capitalistas de produção, discutem o Estado burguês, tanto na forma do chamado Estado de Bem-Estar Social, quanto na forma de Estado pautada no ideário neoliberal. Discutem os desdobramentos da Reforma do Estado iniciada em meados da década de 1990 que, dada a sua envergadura, necessitaria, segundo o então ministro Bresser Pereira, de trinta a quarenta anos para atingir sua efetividade.

De fato, o Brasil adentra o século XXI, consolidando a noção de público não estatal, processos de privatização, terceirizações, reforma da previdência, carteira verde amarela, reforma trabalhista dentre outras tantas formas de expropriação de direitos da classe trabalhadora. Entre as atuais medidas que aprofundam o caráter privatizante e empresarial da educação brasileira encontra-se o FUTURE-SE – Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores, lançado pelo MEC em julho de 2019. Este é o tema abordado por **Giovanni Frizzo e Leonardo Silveira** em **O programa Future-se e o empresariamento da educação superior**. Os pesquisadores do Grupo de Estudos Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física (OTPEF/UFPEL) analisam a minuta desse Projeto de Lei apresentado pelo governo Federal e percebem que o programa evidencia claramente a determinação do mercado sobre a educação e sobre a vida. Segundo essa política, a formação ofertada pelas Universidades Públicas, ao invés de contribuir para enfrentar os problemas sociais e melhorar a vida da população, converte-se ao atendimento dos interesses empresariais, que veem na educação superior pública uma ótima oportunidade de expansão de seus negócios e lucratividade.

O texto, **Mediações entre a Governança Global e a responsabilização docente pela redenção educacional**, de **Aníbal Correia Brito Neto**, pesquisador do Grupo Resignificar (UEPA), lança o debate para a relação entre as proposições oriundas de organismos multilaterais, formuladas em escala planetária, e a gestão da educação e dos professores no Brasil. O autor desenvolve pesquisa minuciosa em documentos e relatórios de instâncias governamentais e organismos multilaterais, evidenciando que a ampla veiculação da matriz da governança global constitui um poderoso sistema de direção política e coesão social que estabelece novos métodos de coordenação, pautados em uma feição participativa e inclusiva. Ele conclui que a combinação subordinada da administração das questões sociais aos mecanismos de elevação da lucratividade das grandes corporações capitalistas, sob a justificativa de ampliar a capacidade institucional do Estado e estimular a responsabilidade social, tem inserido grupos privados na definição e gestão dos serviços públicos. Nesse cenário, proliferam-se discursos que responsabilizam a categoria docente pela melhoria da qualidade educacional e dos resultados da aprendizagem, de modo que o professor é içado à condição de

protagonista das reformas, não apenas por forjar as condições técnicas, mas também pelo potencial de inculcar o consentimento necessário para a dominação ideológica da classe trabalhadora.

Ainda sobre o processo de subordinação da categoria docente aos rearranjos políticos e econômicos requeridos pelo capital em crise, **Mariléia Maria da Silva, Juliana Matias Faust e Mariano Moura Melgarejo**, pesquisadores do grupo de pesquisa LUTE (UDESC), enfrentam a trama dessa questão abordando **O trabalhador docente na escola pública: novos elementos de subsunção ao capital**. Analisando o caso da Rede Municipal de Educação de Florianópolis, os pesquisadores problematizam o papel do Estado na contemporaneidade em relação ao aprofundamento da crise mundial do capitalismo e a subsequente necessidade de soluções, via reformas impopulares, para se contrapor à queda tendencial da taxa de lucro. Fundamentados em autores do campo marxista, retomam as categorias: trabalho, trabalho produtivo e improdutivo, lei da queda tendencial da taxa de lucro, e a crise do capital para discutir os processos de terceirização, subvenções sociais, e as novas formas de contratação de trabalhadores, particularmente, os docentes.

O ilusionismo das reformas apresentadas como necessárias à nação, embora danosas aos trabalhadores, sofisticada-se com os avanços da neurociência, do rastreamento de *cookies* e dos algoritmos que mapeiam perfis e robôs que endereçam mensagens para fins ilícitos. Sabemos que iniciativas dessa natureza não são novas. **Diogo Prado Evangelista**, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Futuro Presente (UFVJM), e **Patricia Laura Torriglia**, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC/UFSC), apresentam **Contribuição ao estudo da obra de Lukács sobre os problemas da ideologia e estranhamento no sistema de manipulação do capitalismo nas décadas de 1950/60**. Os pesquisadores destacam alguns aspectos da análise de Lukács sobre os novos fenômenos do estranhamento e sua articulação com os mecanismos econômicos e ideológicos do sistema refinado de manipulação do capitalismo na atualidade. Estudam a fisionomia desses novos estranhamentos tendo em vista contribuir com a pesquisa sobre a decadência cultural e ideológica do capitalismo, principalmente, diante do retorno do irracionalismo moderno constatado tanto nas manifestações espontâneas da massa

trabalhadora nos países centrais, assim como nos países de capitalismo dependente na América Latina.

No artigo **Classe e racismo na formação social brasileira**, Ricardo Lara e Jonaz Gil Barcelos, pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho, “questão social” e América Latina (NEPTQSAL), discutem a intrínseca relação entre raça e classe na formação do povo trabalhador e do Estado brasileiro. Abordam aspectos concernentes à figura do negro como escravo e, posteriormente, como trabalhador assalariado livre destacando questões fundamentais para o entendimento do conceito de classe, entendendo que para essa discussão, na especificidade brasileira, a análise do racismo torna-se imprescindível. Apresentam uma abordagem do racismo associado e não contraposto ao conceito de classe social, enfatizando a necessidade da luta pela superação do racismo, da supressão das classes e das relações que lhes dão sustentação. Defendem que nenhuma luta que almeje promover mudanças substanciais nas relações sociais contra a exploração, a opressão, os preconceitos, pode prescindir dessa complexa junção entre raça e classe na construção de projetos societários alternativos à ordem do capital. Os autores desenvolvem uma pesquisa promissora que não trata, separadamente, desses fenômenos que se desenvolveram juntos na formação da sociedade brasileira, uma vez que pretendem contribuir para a compreensão do real em sua totalidade, tendo em vista transformá-lo.

Integram o Dossiê, uma entrevista e duas resenhas. A entrevista³ foi realizada por Luciana Pedrosa Marcassa, líder Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC), com a Professora Vera Lucia Jacob Chaves, atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, pesquisadora do GT 11 – Política da Educação Superior da ANPEd, que aborda em seu depoimento as políticas recentes para o Ensino Superior brasileiro e a financeirização da educação. A resenha do livro **A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**, de Flávio H. C. Casimiro, foi elaborada por Danilo Bandeira dos Santos Cruz, doutorando do PPGE/UFSC e a Resenha do livro **A classe trabalhadora de**

³ Agradecemos a contribuição de duas pós-graduandas do PPGE/UFSC, a doutoranda Camila Siqueira Katrein, pelo trabalho de gravação desta entrevista, e a mestranda Mariana Nór do Nascimento, pelo trabalho de edição do vídeo para que pudesse ser integrado a este Dossiê.

Marx ao nosso tempo, de Marcelo Badaró, foi redigida por Caroline Bahniuk, professora da UnB.

Concluimos esta apresentação em quarentena, como tantos trabalhadores do mundo, distanciados, porém, unidos na defesa do financiamento público para a saúde, educação, ciência, tecnologia, bem como para pesquisadores e profissionais bem formados para um Sistema Único de Saúde. Como sintetizou Fontes (2020), “precisamos ter claro que somente protegeremos nossas saúdes protegendo a saúde de todos, a começar pelos mais vulneráveis [...] Nenhuma discriminação pode ser tolerada – contra alguns bairros, ou contra pobres, negros, mulheres, LGBTs! [...] O vírus mostra que todos os seres humanos são iguais e que a desigualdade resulta da organização da vida social”. Todos esses questionamentos se colocam quando temos tempo de parar a correria para refletir, conversar, pensar no que é essencial, acompanhar as notícias do mundo interligado em busca de uma mesma solução, tanto quanto dividido pelos interesses antagônicos de classe.

Enquanto irracionalidades eram transmitidas em rede nacional, vimos multiplicar iniciativas de solidariedade nas comunidades, análises críticas em lives, debates propositivos. Porém, por estratégias de coerção e consenso, o Estado implementa medidas amplamente favoráveis ao capital conduzindo à degradação do trabalho na pandemia, subtraindo direitos da classe trabalhadora. A greve dos entregadores de aplicativos nos indica que, contraditoriamente, novas formas de resistência e organização são criadas pelos que vivem do trabalho. Diante da curva ascendente de mortes e casos confirmados da doença, a ausência de um ministro da saúde e da educação e a não revogação da Ementa Constitucional n.95/2016 soa absurdo. Todavia, considerando as características deste Estado burguês, os despropósitos são coerentes com seus compromissos de classe e projeto de destruição.

Esperamos que este conjunto de análises que ressaltam a indissociabilidade entre economia, política e cultura contribua para compreendermos a educação, o que ocorre no país, no mundo, e nos forneça elementos para elaborarmos outro projeto de futuro em que a vida esteja acima do lucro.

A arte da capa é uma fotografia da obra ‘La Nube de mentiras’, do artista mexicano Jose Chavez Morado, que está exposta no *Museo del Pueblo de Guanajuato* (México).

Florianópolis, agosto de 2020.

Referências

ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia**. IHU – Unisinos. São Leopoldo, 503, 2017. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao503.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2020

BRASIL. **Decreto n.10.283**, de 20 de março de 2020. Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10283.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de dezembro de 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso: 20 mar. 2020.

FONTES, Virgínia. **Solidariedade social ativa e o coronavírus**. Disponível em <<https://apg.ufsc.br/2020/03/16/solidariedade-social-ativa-e-o-coronavirus-por-virginia-fontes/>>. Acesso em: 23 mar. 2020

MÈSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa, 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.